



GOVERNAMENTALIDADE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Karla de Oliveira Santos¹

RESUMO

O presente trabalho é um recorte da análise bibliográfica da tese de doutorado, defendida em 2018, no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, intitulada: A Prova Brasil e a participação da criança cidadã em uma escola pública de São Miguel dos Campos –AL. Este artigo parte da problemática: Como as políticas públicas educacionais tem incorporado os discursos de responsabilização e de qualidade presentes nos indicadores educacionais considerados satisfatórios na escola, sob a ótica da governamentalidade?. Delineando como objetivo geral para este artigo: Problematizar a partir do referencial teórico de Michel Foucault o conceito de governamentalidade presentes no discurso da qualidade e da responsabilização de resultados nas políticas públicas educacionais. Possui como arcabouço metodológico a abordagem qualitativa, almejando um processo de reflexão e análise da realidade, através da pesquisa bibliográfica, tendo como fontes: estudos focaultianos e de outros pesquisadores pós-críticos. Sendo assim, a escola torna-se lócus de produção, moldagem e objetificação de sujeitos dóceis, a uma nova dominação política que garante a governamentalidade em termos modernos, tendo um papel preponderante nas transformações do mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Governamentalidade, Políticas Públicas Educacionais, Escola.

INTRODUÇÃO

O conceito de governamentalidade é crucial para podermos entender como vêm se dando as articulações entre a administração estatal e as instituições educativas. Na medida em que as leis, as regulamentações, as diretrizes governamentais, as instituições educativas, os saberes especializados voltados para a infância visam produzir determinados modos de ser, pode-se perceber como tais propósitos se conectam com uma racionalidade política que atravessa a Modernidade (MARCELLO; BULES, 2011, p. 60).

A seguir, faremos uma discussão acerca da compreensão do conceito de governamentalidade, a partir dos estudos do filósofo francês Michel Foucault e a relação entre a nova configuração do Estado governamentalizado e a elaboração e implementação das políticas públicas educacionais no Brasil.

¹ Doutora em Educação e Professora da Educação Básica de São Miguel dos Campos - AL, karlasmcampos@hotmail.com.



As discussões e análises apresentadas neste trabalho fazem parte de um recorte da tese de doutorado², defendida em 2018, no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, intitulada: A Prova Brasil e a participação da criança cidadã em uma escola pública de São Miguel dos Campos – AL.

METODOLOGIA

A pesquisa parte da problemática: Como as políticas públicas educacionais tem incorporado os discursos de responsabilização e de qualidade presentes nos indicadores educacionais considerados satisfatórios sob a ótica da governamentalidade?

Diante do questionamento apresentado, delineamos o seguinte objetivo geral para este artigo: Problematizar a partir do referencial teórico de Michel Foucault o conceito de governamentalidade presentes no discurso da qualidade e da responsabilização de resultados nas políticas públicas educacionais.

Almejando buscar respostas para a problemática apresentada e a partir do objetivo geral delineado nesta pesquisa, foi necessário realizar escolhas de procedimentos metodológicos que estivessem alinhados com a perspectiva teórica que subsidia este trabalho.

A investigação foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), em Reunião Plenária do dia 20 de janeiro de 2015, sob o processo nº 38534814.1.0000.5013.

Esta pesquisa possui a abordagem qualitativa, almejando um processo de reflexão e análise da realidade, através da pesquisa bibliográfica, tendo como fontes: estudos focaultianos e de outros pesquisadores pós-críticos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Conceituando o termo governamentalidade a partir dos estudos foucaultianos.

A governamentalidade desenha-se claramente nos estudos de Michel Foucault, no seu curso no Collège de France nos anos de 1977-1978, iniciada especificamente no

² A tese de doutorado recebeu financiamento da agência de fomento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.



dia 1º de fevereiro de 1978, depois publicada especificamente em sua obra *Segurança, Território, População* (1978).

Foucault (2008, p.143) elabora três afirmações para definir o que ele nomeou de governamentalidade:

1) o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e os instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. 2) a tendência que em todo Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes. 3) o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou os séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado.

O termo “governo” remete a uma racionalidade política que centra sua atenção na “conduta da conduta” ou em outros termos, na previsão de um campo de possibilidades para a ação dos outros (Foucault, 1990), e para a ação do sujeito sobre si próprio.

Na medida em que o governo pode ser definido enquanto técnica de condução das condutas, a governamentalidade deve ser entendida como regime de poder e como um campo estratégico permeado por relações de forças, no qual se entrecruzam ao tempo em que também se articulam práticas de governo, ou ainda; de regularização e estabilização das condutas. “A governamentalidade contemporânea supõe, então, que o Estado dê conta politicamente do todo e de cada um, o que implica em estratégias macro e micro políticas” (PRADO FILHO, 2006, p. 82).

Nesse sentido, a governamentalidade é a “arte de governar”. Ou seja, são tipos de racionalidade que envolvem conjuntos de procedimentos, mecanismos, táticas, saberes, técnicas e instrumentos destinados a dirigir a conduta dos homens.

Contudo, a governamentalidade é definida como o conjunto de práticas e estratégias que os indivíduos livres utilizam para controlar ou governar a si mesmos e outras pessoas. Diz respeito a criticar, problematizar, inventar, imaginar e mudar a forma de pensar. Mas não é só isso, a governamentalidade não se limita a apenas



técnicas disciplinares, mas repousa também sobre aparatos específicos de governo, de instrumentos e de dispositivos de segurança, verdadeiros instrumentos de regulação, mais importantes do que as leis do aparato jurídico e as disciplinas produzidas pelas instituições, entre elas; a escola.

Gallo (2015) apresenta o conceito de governamentalidade como:

[...] um conjunto de ações, articuladas numa maquinaria de poder, que consiste em exercer um controle sobre os indivíduos, através do trabalho sobre as populações nas quais esses indivíduos estão inseridos, de modo que eles se acreditem cidadãos livres, participativos e peças centrais no jogo democrático (p. 337).

A governamentalidade opera com técnicas e métodos que garantem a condução dos homens e as orientações para a ação de governo do Estado sobre a população, almejando arregimentar artefatos de manutenção do próprio Estado. A população nesse sentido acaba por se tornar o fim e instrumento do governo, para que se possa governar de forma racional e refletida.

A governamentalidade: conceitos e problematizações acerca do Estado

O Estado, na Modernidade, tornou-se um Estado de “governo”, cujo propósito é a arte de governar, processo histórico que Foucault (1990) chamou de a governamentalização do Estado moderno, com a introdução da arte do governo (entendido como a arte de bem dispor as “coisas” a fim de alcançar riqueza e progresso) ao nível do Estado (GARCIA, 2010, p.448), as sociedades modernas não são apenas sociedades de disciplinarização, mas também de normalização, dos indivíduos e da população (CASTRO, 2009).

Nesse sentido, o Estado torna-se um Estado de governo, processo esse denominado por Foucault de governamentalização do Estado Moderno. A partir deste período, assistimos a introdução da arte do governo ao nível do Estado. Embora a arte de governar tenha aparecido a partir do século XVI, a Razão de Estado constituiu um obstáculo para o desenvolvimento da arte de governo até o final do século XVIII, quando fenômenos como a expansão demográfica, relacionados à abundância monetária e, por conseguinte; ao aumento da produção agrícola, funcionaram como processos que intervieram no desbloqueio da arte de governar (FOUCAULT, 2013).



De acordo com Silveira (2015), o Estado não é analisado do ponto de vista de um ideal jurídico ou filosófico, mas como um conjunto de mecanismos, práticas, saberes e instituições voltadas para o exercício concreto do governo de uma determinada população-território.

O governo é marcado pela regulamentação da vida da população, para isso, o Estado desenvolve um conjunto de estratégias, análises, cálculos, exames e estatísticas, que serão utilizados para o governo da população de forma racionalizada. É o estabelecimento de práticas que simultaneamente atingem a todos e a cada um, que adentram a vida privada e coletiva.

Segundo Foucault (2013), a governamentalidade tem a população como seu alvo principal e os dispositivos de segurança como seus mecanismos essenciais. Governar consiste em conduzir condutas e almas. Governar é governar as coisas. É uma maneira de atuar sobre um ou, ainda, vários sujeitos atuantes. É uma conduta que objetiva agir sobre outras condutas; que almeja incitar, induzir, desviar, facilitar ou dificultar o comportamento dos sujeitos. Governar também implica na relação que se pode estabelecer consigo mesmo, na ação do sujeito sobre si próprio (FOUCAULT, 2013).

Ainda segundo o autor, a população é tudo o que vai se estender do arraigamento biológico pela espécie à superfície de contato oferecida pelo público e ainda representa um correlato de poder e objeto de saber (FOUCAULT, 2008).

De acordo com Gadelha (2009, p. 151):

[...] Trata-se de uma governamentalidade que busca programar estrategicamente as atividades e os comportamentos dos indivíduos; trata-se, em última instância, de um tipo de governamentalidade que busca programá-los e controlá-los em suas formas de agir, sentir, pensar e de situar-se diante de si mesmos, da vida que levam e do mundo em que vivem, através de determinados processos e políticas de subjetivação: novas tecnologias gerenciais no campo da administração (*management*), práticas e saberes psicológicos voltados à dinâmica e à gestão de grupos e das organizações, propaganda, publicidade, *marketing*, *branding*, “literatura” de autoajuda, etc.

É necessário conhecer de forma sutil a população, para conduzi-la através de estratégias de poder e saber, processos e políticas de subjetivação, analisando seus



anseios, criando desejos e ofertando. E para isso, o poder disciplinar é ressignificado nesta arte.

Para Bert (2013), os mecanismos de mercado são princípios fortemente regulatórios dos comportamentos humanos, da arte de governar própria do Antigo Regime – A razão do Estado. O liberalismo é consumidor das liberdades individuais que teve de produzir e de organizar. E ainda segundo Temple (2013), é por meio desta estratégia biopolítica que no liberalismo a noção de liberdade “natural” é politicamente criada e regulamentada. A ideia do governo liberal é a noção de uma ideia de um governo dos homens, por isso administra, sobretudo, as coisas que os homens querem, pensam e desejam.

Peters, Marshall e Fitzsimons (2004), apontam que Foucault baseia suas investigações sobre o governo em três conceitos: segurança, população e governo. E ainda afirmam:

Ele sustenta que houve uma explosão do interesse na “arte de governar” no século XVI, motivada por questões diversas: o governo de si mesmo (a conduta pessoal); o governo de almas (a doutrina pastoral); e o governo de crianças (a problemática da pedagogia). Foucault diz que a problemática do governo pode ser localizada na interseção entre duas tendências opostas: centralização do Estado e uma lógica de dispersão. Essa é uma problemática que propõe questões a respeito do como do governo, ao invés de sua legitimação, e busca “articular uma espécie de racionalidade que era intrínseca à arte de governar sem subordiná-la à problemática do príncipe e de sua relação com o principado do qual é lorde e mestre” (PETERS; MARSHALL e FITZSIMONS, 2004, p. 79).

É o nascimento de táticas totalmente novas, que a população emerge como um fim, mas também como um instrumento para o governo. É a população que será levada em consideração nas observações do governo, primordial para se conseguir governar de forma racional e planejada. “A constituição de um saber de governo é absolutamente indissociável da constituição de um saber sobre todos os processos referentes à população em sentido lato, daquilo que chamamos precisamente de “economia” (FOUCAULT, 2013, p. 426)”.

Nas palavras de Bert (2013), governar pessoas é um equilíbrio movente entre as técnicas que asseguram a coerção e procedimentos pelos quais o si, se constrói e se modifica a si mesmo. Para Foucault (2008), nunca se governa um Estado, nunca se



governa um território, nunca se governa uma estrutura política. O que se governa são sempre as pessoas, são coletividades, portanto, na ótica da governamentalidade, os homens é que são governados.

A arte de governar irá se revestir cada vez mais de uma dimensão técnica, fazendo uso de um tipo de saber, a economia política, e de tecnologias próprias e adequadas à gestão desse novo campo e/ou objeto de intervenção política, a população, como campo e objeto econômico (GADELHA, 2009). Essa arte inclui o estudo do governo de si, o governo dos outros e as relações entre o governo de si e o governo dos outros, possibilitando aos indivíduos livres, controlar a si mesmo e a outras pessoas, contribuindo para a criação de indivíduos governáveis, através do controle e da norma.

O objetivo da arte de governar é a perpetuação do próprio Estado e para isso utiliza-se táticas administrativas que produzem sujeitos e afetam a sua conduta, individualizando-os e normalizando-os de acordo com uma racionalidade política:

Governamentalização do Estado que é um fenômeno particularmente tortuoso, pois, embora efetivamente os problemas de governamentalidade, as técnicas de governo tenham se tornado de fato o único intuito político e o único espaço real da luta e dos embates políticos, essa governamentalização do Estado foi, apesar de tudo, o fenômeno que permitiu o Estado sobreviver (FOUCAULT, 2008, p.145).

O Estado torna-se um campo de disputa pelo controle dos instrumentos de normalização e hierarquização dos saberes, através da concepção e reformulação de instituições como a família, a escola, o hospital e a universidade, que atuam no interior desses saberes, ordenando-os conforme critérios de objetividade estabelecidos no calor da luta cotidiana (SILVEIRA, 2015). Dessa forma, “O controle torna-se uma prática de governo que busca, através do conhecimento das atividades das pessoas, dirigir políticas e determinar os objetivos que devem ser alcançados (e desejados) por todos os indivíduos” (DEL PINO; VIEIRA; HYPÓLITO, 2009, p. 115).

No neoliberalismo, a arte de governar consiste em manter a autonomia do governo diante da impossibilidade de administrar a totalidade dos processos econômicos. Para tanto, a razão do Estado cria um espaço novo de atuação, que é a sociedade civil. Há ainda, a necessidade de flexibilização no modo de governar os



indivíduos, que devem ser regulados, pois o importante para o Estado é o exercício do poder.

Veiga-Neto (2013), afirma que nessa conjuntura, para o neoliberalismo, os processos econômicos não são naturais e não devem ser deixados ao acaso. Os processos precisam ser ensinados, governados, dirigidos e controlados.

O sentido discutido por Foucault do termo governamentalidade ajuda a construir as ferramentas necessárias para entender a racionalidade política neoliberal, ou tal como aponta Garcia (2010), segundo o novo gerencialismo, que tem se constituído como a base das reformas do Estado e dos princípios mais gerais que tem orientado as reformas educacionais na atualidade.

No campo da racionalidade política, a governamentalidade deve ser analisada enquanto tecnologias de governo. Racionalidade esta, que dirige a intenção de obter resultados a custos mínimos ou previsíveis. “As racionalidades políticas modernas são formas de poder político referidas ao Estado e implicam em tecnologias de poder individualizador, que passam por regimes de verdade e conhecimento” (GARCIA, 2010, p.449).

Para Marshall (2011), nessa lógica, uma nova forma de racionalidade do Estado é exigida. Se o Estado precisa ser fortalecido e sua capacidade e meios para ampliá-lo devem ser estabelecidos, para que isso ocorra é necessária uma forma de conhecimento político, diferente das teorias políticas sobre a natureza do Estado e sua legitimação. A governamentalidade exige, pois nada mais do que implementar princípios gerais de justiça, sabedoria e prudência. Torna-se necessário um certo conhecimento concreto, preciso e específico.

Segundo Gallo (2015, p. 337):

a maquinaria de uma governamentalidade democrática pressupõe uma sociedade civil organizada, face ao Estado; uma economia que regula as trocas e garante a potência do mercado, com geração de riquezas; uma população, que é alvo das ações preventivas do Estado nos mais variados âmbitos, na garantia de sua qualidade de vida; a garantia da segurança dessa população como dever do Estado; e por fim, a liberdade e a não submissão dos cidadãos como valor fundamental dessa organização social e política.



Na contemporaneidade, a governamentalidade exerce um poder sobre a vida humana, no qual as estratégias são minimamente calculadas e detalhadas, como objetos de racionalidade política e controle social.

As Políticas Públicas Educacionais como espaço da governamentalidade na escola.

A década de 1990 é marcada por reformas no sistema educacional brasileiro, submetidas à nova ordem internacional e aos processos de globalização, atendendo a uma lógica que visa acolher apenas os interesses econômicos do mercado e produzindo, dessa forma, várias formas de exclusão social, propondo políticas que garantam a inserção e permanência de crianças no sistema público de ensino, sem uma preocupação real com uma qualidade educacional e social.

Algumas mudanças envolvem desde a organização de referenciais curriculares nacionais e a formação de professores, até investimentos financeiros para amplos programas em âmbito nacional e a nível local, destinados a cada escola de cada município do país, buscando uma maior eficiência, eficácia, efetividade, controle de qualidade e descentralização de responsabilidades.

Pensando acerca destas implicações, partimos do que afirma Cervi (2013, p. 37):

Avalia-se continuamente, apresentam-se os resultados almejados, propõem-se as reformas, criam-se as leis, organizam-se formações para aprender. Espera-se que quase todos estejam na escola por um tempo cada vez maior. Nela, o que está em jogo é ocupar todo o tempo, gestar a inteligência, acreditar na democracia, na participação; acreditar que se é livre, e autônomo, consumir e estar no fluxo.

A partir do exposto, a escola vem sendo transformada em um espaço que permite a produção de saberes para as crianças, imersa em um processo de vigilância e controle, criando processos de subjetivação, através de mecanismos e práticas de governo e de autogoverno, criando tecnologias de regulação e de autorregulação, disciplinando os corpos e as mentes das crianças.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Podemos observar que a gestão das políticas educacionais no Brasil, desde a década de 1990, tem incorporado a lógica do novo gerencialismo público nas práticas de



gestão dos sistemas de ensino e das escolas nas três esferas administrativas da federação, que tem se baseado no discurso de ineficiência.

Sendo assim, o Estado é mínimo, quanto à sua intervenção no mercado econômico e financeiro, mas é onipresente e onipotente, como investidor de políticas – principalmente educacionais. Os sujeitos precisam ser educados dentro de determinados preceitos, que ressaltem o empresariamento de si, exigindo dedicação e formação para empreender-se e entrar no jogo econômico.

Cervi (2013), ao pensar a escola moderna e analisar os documentos oficiais das políticas públicas educacionais, afirma que o conjunto de tecnologia da governamentalidade difundiu a nova linguagem e a nova agenda para a educação, as quais se apoiam em conceitos como: liberdade, flexibilidade, competitividade, eficiência, descentralização, autonomia, democracia e gestão.

O que temos observado é um crescente modelo de educação liberal, conservador e despolitizado em nome de uma qualidade que está sendo a todo tempo negociada com os estudantes e os pais (comunidade escolar) para se obter desempenhos específicos de forma contratual, afim de cumprir as tarefas delegadas, sendo a escola um instrumento do mercado, que faz uso de técnicas que se distancia do conteúdo político da cidadania, preocupando-se com o ideário de consumo.

Em uma sociedade desigual e heterogênea como a brasileira, as políticas públicas educacionais devem desempenhar um papel relevante na formação do cidadão que vá além de torná-lo competitivo e consumidor frente à ordem mundial globalizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1990 é marcada por reformas educacionais, que conduziram políticas públicas alicerçadas pelo neoliberalismo. Estas políticas tinham como foco além da descentralização de recursos financeiros e mudanças estruturais na gestão escolar, o currículo e a avaliação, trazendo implicações para as práticas pedagógicas, principalmente com o estímulo da competitividade entre as escolas de todo o país, através do ranqueamento imposto pelos organismos governamentais, que estabelecem metas a serem alcançadas por cada escola brasileira.



As políticas públicas incorporam avaliações em larga escala, como mensuração e comprovação da eficácia da qualidade da educação. No tocante ao ensino fundamental, a Prova Brasil e sua ligação com o IDEB, tem sido este vetor de qualidade, propagada nos discursos governamentais.

A Prova Brasil assume um papel primordial na busca por qualidade da educação, promovendo nas escolas públicas, uma série de estratégias para um bom desempenho de seus estudantes e alcance das metas estabelecidas pelo IDEB.

A responsabilização por parte de todos os atores envolvidos neste processo, impõe uma cobrança exacerbada por desempenhos de seus discentes, inclusive com a criação de incentivos para a melhoria do aprendizado, alcance de indicadores, pressão por parte das famílias e dos gestores para melhorias de resultados.

Nesse sentido, esta responsabilização por resultados satisfatórios, induz as condutas das crianças, famílias, professores e gestão escolar, criando estratégias de assujeitamento às determinações burocráticas e discursos oficiais para um desempenho satisfatório na Prova Brasil.

REFERÊNCIAS

BERT, Jean- François. **Pensar com Michel Foucault**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo, SP: Parábola, 2013.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CERVI, Gicele Maria. **Política de gestão escolar na sociedade do controle**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2013.

DEL PINO, Mauro Augusto Burket; VIEIRA, Jarbas Santos; HYPÓLITO, Álvaro Moreira. Trabalho Docente, Controle e Intensificação: Câmeras, Novo Gerencialismo e Práticas de Governo. In: FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M. A. M.; FIDALGO, N. L. R. (Orgs.). **A Intensificação do Trabalho Docente: tecnologias e produtividade**. Campinas, SP: Papirus, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

_____. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Microfísica do poder**. Roberto Machado (int.rev.). 26 ed. São Paulo: Graal, 2013.



GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault.** Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009.

GALLO, Sílvio. “O pequeno cidadão”: sobre a condução da infância em uma governamentalidade democrática. In: RESENDE, Haroldo de (org.). **Michel Foucault: o governo da infância.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 329-343.

GARCIA, Maria Manuela Alves. Políticas educacionais contemporâneas: tecnologias, imaginários e regimes éticos. In: **Revista Brasileira de Educação.** V. 15, n 45 set./dez. 2010.

MARCELLO, Fabiana de Amorim; BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Ampliação do ensino fundamental: a que demandas atende? a que regras obedece? a que racionalidades corresponde? In: **Educação e Pesquisa.** São Paulo, v.37, n.1, 220p. 53-68, jan./abr. 2011.

MARSHALL, James. Governamentalidade e educação liberal. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **O sujeito da educação: estudos foucaultianos.** 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PETERS, Michael; MARSHALL, James; FITZSIMONS, Patrick. Gerencialismo e Política Educacional em um contexto Global: Foucault, Neoliberalismo e a Doutrina da Auto-Administração. In: BURBELES, Nicholas; TORRES, Carlos Alberto. **Globalização e Educação: perspectivas críticas.** Tradução: Ronaldo Catoldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004, pp. 77-90.

PRADO FILHO, Kleber. **Michel Foucault: uma história da governamentalidade.** Rio de Janeiro: Insular e Archiamé, 2006.

SILVEIRA, Diego Soares da. Governamentalidades, saberes e políticas públicas na área de Direitos Humanos da criança e do adolescente. In: RESENDE, Haroldo de (org.). **Michel Foucault: o governo da infância.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p.57-83.

TEMPLE, Giovana Carmo. **Acontecimentos, poder e resistência em Michel Foucault.** Cruz das Almas, BA: UFRB, 2013.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governamentalidades, neoliberalismo e educação. In: **Foucault: filosofia e política.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 37-52.